

O ENSINO DOS GÊNEROS ORAIS

Marcia Aparecida Alberto MAGALHÃES
MESTRANDA PROFLETRAS/UFAC
Prof^a. Dr^a. Lindinalva Messias do Nascimento CHAVES
ORIENTADORA – PROFLETRAS/UFAC

RESUMO

O ensino da modalidade oral da Língua Portuguesa ainda encontra obstáculos na sua efetivação devido a muitos professores não compreenderem como deve ser organizado o trabalho usando os gêneros orais como objeto de ensino. O uso da modalidade oral nas práticas em sala de aula tem sido realizado como forma auxiliar na produção dos gêneros escritos. Raramente o docente considera o texto oral como ensinável. Acredita-se que o oral não precisa ser ensinado, pois já somos falantes, portanto fazemos uso da modalidade. Neste artigo pretende-se discutir algumas questões relativas ao ensino do texto oral partindo do debate acerca da importância de ensinar a oralidade, não desprezando o saber empírico do aluno, mas acrescentando novas formas de utilização do discurso, aprimorando o uso, principalmente dos gêneros orais formais. Pretende-se, ainda, refletir sobre a análise dos elementos textuais e contextuais e as formas de avaliação do ensino com gêneros orais. Para fundamentar a reflexão proposta, o estudo terá como fundamentação teórica os estudos dos pesquisadores: Marcuschi (2008, 2010, 2011); Dolz e Schneuwly (2013); Antunes (2009); Fávero *et al.* (2012); Busatto (2010); os PCN de Língua Portuguesa; o Referencial Curricular Para o Ensino da Língua Portuguesa do Estado do Acre. O artigo está dividido em quatro partes: Introdução; Seção 2, em que se apresentará uma reflexão teórica sobre o objetivo de ensinar a oralidade se o aluno já é falante da modalidade oral; Seção 3, que abordará o ensino dos gêneros orais através da análise dos elementos textuais e contextuais; seção 4, que tratará da avaliação do ensino do texto oral. Objetiva-se, com os resultados, demonstrar, sob a visão dos teóricos pesquisados, a necessidade de ensinar a oralidade em sala de aula, considerando os gêneros orais como objetos de ensino representativos na formação do aluno e no desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Gêneros orais; Oralidade; Ensino; Discurso.

TEACHING OF ORAL GENRES

ABSTRACT

The teaching of oral modality of Portuguese still find obstacles in its effectiveness because many teachers do not understand how the work should be organized using oral genres such as teaching object. The use of oral modality in classroom practices has been performed as a way assist in the production of written genres. Rarely teaching considers the oral text as teachable. It is believed that oral need not be taught, because we are already talking, so we make use of the sport. In this article we intend to discuss some issues concerning the teaching of oral text starting from the debate about the importance of teaching orality, not disregarding the empirical knowledge of the student, but adding new ways of using speech, improving the use, especially of oral genres formal. It is intended to also reflect on the analysis of textual and contextual elements and forms of evaluation of teaching with oral genres. To support the proposed reflection, the study will theoretical foundation studies researchers: Marcuschi (2008, 2010, 2011); Dolz and Schneuwly (2013); Antunes (2009); Favero et al. (2012); Busatto (2010); the NCP of Portuguese; the Reference Curriculum for the Education of the State of Acre Portuguese. The article is divided into four parts: Introduction; Section 2, which will present a theoretical reflection on the purpose of teaching orality if the student is already talking of oral modality; Section 3 will address the teaching of oral genres by analyzing the textual and contextual elements; section 4, which will deal with the evaluation of the oral text education. The objective is, with the results demonstrate, in the view of respondents theorists, the need for teaching orality in the classroom, considering the oral genres as representative teaching objects in student education and development of communicative competence of students.

Keywords: Portuguese; Oral genres; Orality; Education; Speech.

Considerações iniciais

Ao mencionar o ensino da oralidade na escola, não é raro ouvir dos professores que durante as aulas já é ensinada a língua oral. Eles fazem referência aos momentos de interação com a turma, aos questionamentos feitos pelos alunos, aos textos lidos em voz alta, às rodas

de conversa e às rodas de leitura, aos seminários, às apresentações de trabalhos. Há também aqueles docentes que consideram desnecessário ensinar a oralidade, pelo motivo de que todos os alunos já falam a Língua Portuguesa, não havendo sentido algum em se fazer um trabalho com a língua falada. Esse papel seria reservado apenas ao ensino de Línguas Estrangeiras.

Diante do descaso com o ensino da oralidade e a compreensão equivocada do que seja o trabalho com os gêneros orais, surge a necessidade de refletir sobre o papel da escola como formadora do cidadão, do preparo do aluno para exercer a competência comunicativa e da contribuição do aprendizado dos gêneros orais para a formação desses estudantes.

Este artigo pretende apresentar uma reflexão acerca do ensino dos gêneros textuais orais nas escolas, com o objetivo de contribuir para uma prática de ensino que realmente prepare o aluno para o uso da modalidade oral da língua. A discussão nele apresentada não pretende oferecer receitas para o trabalho com gêneros orais, porém, apresentar uma pesquisa fundamentada nos estudos dos pesquisadores: Marcuschi (2008, 2010, 2011); Dolz e Schneuwly (2013); Antunes (2009); Fávero *et al.* (2012); Busatto (2010); os PCN de Língua Portuguesa e o Referencial Curricular para o Ensino da Língua Portuguesa do Estado do Acre, com a expectativa de contribuir para o denodo do ensino do texto oral.

Para quê ensinar a oralidade se o aluno já é falante da modalidade oral?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa consideram a importância do ensino da língua tendo como base os gêneros textuais, no entanto, a escola prioriza o ensino dos gêneros textuais escritos e dificilmente são ensinados os gêneros orais.

Não há um diagnóstico sobre o motivo pelo qual a escola prefere direcionar o ensino para a modalidade escrita da língua e raramente o trabalho com gêneros orais tem espaço nas aulas. Apenas é evidente a supremacia do ensino da escrita enquanto o ensino da oralidade tem um lugar muito restrito no ensino de Língua Portuguesa.

Estudiosos pesquisam e discutem a importância do ensino da modalidade oral para a formação da competência comunicativa dos estudantes, todavia, esses conhecimentos ainda não estão sendo tão bem aproveitados nas práticas docentes, em um trabalho sistematizado, direcionado ao preparo do aluno para o uso da modalidade oral nas práticas sociais.

Para a autora Irandé Antunes (2009, p. 36) “existem muitas formas de se exercer a prática social. A linguagem é uma delas e se concretiza linguisticamente, por meio do discurso falado ou escrito”. O uso da língua é concebido de acordo com as necessidades de interação dos falantes e “acontece inevitavelmente *sob a forma da textualidade*, isto é, *sob a forma de textos* orais e escritos, sejam eles breves ou longos” (2009, p. 37, grifo da autora).

De acordo com Luiz Antônio Marcuschi (2008, p.72) “Texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona”, dessa forma os usuários de uma língua ao produzirem seus discursos, os fazem em forma de textos, e estes são classificados em gêneros, pois em cada ação de uso da língua o falante a emprega de acordo com o desígnio do momento e da situação, e para isso são precisos modelos comunicativos que permitam organizar tais situações. Esses modelos são construídos pelos próprios atores em consonância com contexto no qual estão inseridos.

Para Marcuschi (2008, p.77) “A produção textual, assim como um jogo coletivo, não é uma atividade unilateral. Envolve decisões conjuntas. Isso caracteriza de maneira bastante essencial a produção textual como uma atividade sociointerativa”. Assim:

Quando se ensina alguém a lidar com textos, ensina-se mais do que usos linguísticos. Ensinam-se operações discursivas de produção de sentidos dentro de uma dada cultura com determinados gêneros como forma de ação linguística (MARCUSCHI, 2008, p. 90).

A escola como a instituição responsável pela formação do aluno tem o dever de ensinar conteúdos que proporcionem ao estudante o desenvolvimento de suas capacidades, preparando-o para o exercício da cidadania. Dentre essas capacidades está a “competência discursiva” (BRASIL, 1998, p. 23), que é essencial para a interação e o convívio social. Os PCN de Língua Portuguesa consideram que:

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidades de plena participação social (BRASIL, 1998, p. 19).

Compreende-se que ter o domínio da competência discursiva “é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita” (BRASIL, 1998, p. 23). Conquanto, se a escola subestima o ensino da oralidade e priva o aluno desse conhecimento, conseqüentemente estará sendo falha na formação dos seus educandos. No entanto, a escola justifica que o aluno já é usuário da modalidade oral da língua e a escrita é o elemento novo apresentado a esse sujeito que dela precisa se apropriar e fazer uso, daí a grande ênfase no ensino da escrita. Essa preocupação com a aprendizagem da escrita é admirável, embora o que não se deve é limitar o ensino apenas à escrita. Sobre essa visão de ensino é importante destacar:

Considerando que a capacidade comunicativa já se acha muito bem desenvolvida no aluno quando ele chega à escola, o tipo de atividade da escola não deve ser ensinar o que ele já sabe. Nem tolher as capacidades já instaladas de interação. Assim, a resposta pode ser dada na medida em que se postula que a escola não ensina língua, mas usos da língua e formas não corriqueiras de comunicação escrita e oral (MARCUSCHI, 2008, p.55).

Evidentemente não é recomendável ensinar as competências que o aluno já possui, mas oferecer ao estudante o aprendizado de usos da língua que ele desconhece. Não são somente as formas de oralidade cotidianas e comuns, informais, que a escola deve considerar uso da modalidade oral, o aluno carece saber as formas de uso da língua que a convivência com a família e a sociedade não lhe permitiu aprender, ele precisa instruir-se a usar a língua em situações de comunicação formal.

Sendo a oralidade uma modalidade de uso da língua que está presente tanto nas situações informais quanto nas formais, deve ser ensinada, considerando que o expressar-se oralmente, de acordo com a exigência da situação comunicativa, é uma questão de saber e adquirir-se através da aprendizagem. Portanto a oralidade deve ser ensinada na/e pela escola.

O ensino dos gêneros orais

O ensino da modalidade oral da língua, assim como o da escrita é recomendado pelos PCN de Língua Portuguesa. Tais documentos preconizam que os gêneros textuais devem compor a base de estudo da língua. Mediante esse fator e o valor que a oralidade proporciona ao desenvolvimento da competência discursiva do estudante, se faz indispensável o ensino dos gêneros textuais orais. Sobre esse assunto Cléo Busatto (2010, p.6) discorre:

Falar com propriedade dentro de um contexto solicitado fortalece o senso de cidadania, promove a interação social, oferece instrumentos argumentativos que propiciam a comunicação e asseguram a autoestima do falante. Para que a fala comunique sem ruídos, é necessário, além do conhecimento prévio do assunto em pauta, ter um amplo repertório de vocabulário e imagens, e uma mente estimulada a construir um texto na memória. Podemos auxiliar as crianças nessa tarefa, exercitando a oralidade na sala de aula.

Ao se tratar do ensino de gêneros orais é importante a compreensão de que “Oralidade e escrita são práticas e uso da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia” (MARCUSCHI, 2010, p.17). Dessa forma, não se deve considerar que uma é mais valiosa que a outra, visto que os usuários da língua a utilizam em conformidade com a exigência da situação comunicativa. Assim sendo, em ambas as modalidades é permitida a produção de textos, apenas diferenciados pelo meio que são produzidos: na oralidade a produção através do som e

na escrita, a grafia. Porém, a produção de textos orais e escritos não se limitem apenas a som e grafia, há outros elementos próprios da oralidade como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros; e os específicos da escrita: o tamanho e tipo de letras, cores e formatos, e outros (MARCUSCHI, 2010, p. 17).

No ensino do uso dos gêneros orais em aulas de Língua portuguesa é importante lembrar que os orais são gêneros textuais pertencentes ao mesmo sistema linguístico dos gêneros escritos. Segundo Dolz e Schneuwly (2013, p.143) “a ação de falar realiza-se com a ajuda de um gênero, que é um instrumento para agir linguisticamente”, sendo assim “aprender a falar é apropriar-se dos instrumentos para falar em situações de linguagem diversas, isto é, apropriar-se dos gêneros”. Nesse sentido, *se para fazer uso de um gênero é preciso apropriar-se dele, pode se considerar os gêneros orais como “objetos de ensino”* (Grifo nosso). Por entender que, ao estudar determinado gênero, o aluno passa a compreender os mecanismos que constituem esse gênero e as formas de uso dele.

Tendo a escola a finalidade de proporcionar o ensino da língua, cabe a ela definir os gêneros textuais a serem ensinados. No caso dos gêneros orais, visto que os estudantes já são usuários da língua em sua forma corriqueira, “é preciso que nos concentremos no ensino dos gêneros da comunicação pública formal” (DOLZ; SCNHEUWLY, 2013, p. 146). No caso do ensino dos gêneros orais, para torná-los ensináveis os autores propõe a elaboração de um “*modelo didático de gênero*”. Tal modelo deve definir “os *princípios, os mecanismos e as formulações* que devem construir os objetivos da aprendizagem dos alunos” (DOLZ; SCNHEUWLY, 2013, p. 151, grifo dos autores).

O trabalho com os gêneros orais é imprescindível para a formação discursiva do aluno, entretanto também se faz necessário o professor considerar que para o bom desempenho dessa prática utilizando gêneros textuais orais, são relevantes os conhecimentos acerca das relações entre oralidade *versus* letramento ou fala *versus* escrita, essas *duas dimensões de relações* de uso da língua, não podem ser desconsideradas por ambas são completares no desenvolvimento da capacidade discursiva (MARCUSCHI, 2010, p. 25-43). Nesse contexto, “o ensino da oralidade não pode ser visto isoladamente, isto é, sem relação com a escrita, pois elas mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis” (FÁVERO *et al.*, 2012, p. 15).

O conhecimento acerca dos gêneros textuais é relevante para o professor que deseja realizar uma prática direcionada a formação discursiva do aluno. Para o trabalho com os

gêneros orais, “torna-se fundamental analisar como se instaura a conversação” (FÁVERO *et al.*, 2012, p. 17), para que os alunos compreendam que a produção oral não é tão simples quanto parece, mas exige de quem o faz um saber específico.

No processo de elaboração de um texto oral, fatores como a coesão e a coerência devem ser analisados de “forma diferente da dos textos escritos, já que são de natureza diversa, pois a conversação se produz dialogicamente, como criação coletiva” (FÁVERO *et al.*, 2012, p. 9). No estudo dos fatores de coesão e coerência do texto escrito devem ser “examinados o turno conversacional, o tópico discursivo, os marcadores conversacionais e o par adjacente” (FÁVERO *et al.*, 2012, p. 9).

Ainda se faz necessário o aluno compreender o como ocorrem “as atividades de formulação como a hesitação, a repetição, a paráfrase e a correção” (FÁVERO *et al.*, 2012, p. 9), pois estas atividades “desempenham papel considerável entre os processos de construção do texto falado” (FÁVERO *et al.*, 2012, p. 70).

O aprendizado desses conhecimentos específicos dos textos orais possibilita ao estudante compreender que a fala não é fruto do acaso, que mesmo parecendo simples, para concretizar um ato de fala é preciso mover muitos saberes que carecem de ser estudados. Esses conhecimentos são adquiridos ao longo dos anos de vivência, tanto na escola, quanto em outros ambientes sociais dos quais o aluno frequenta.

No processo investigação do texto falado e texto escrito, Marcuschi (2010, p. 45-46) considera que “a questão é complexa e variada”, por serem a fala e a escrita diferentes nas formas de utilização da língua. Assim, o autor propõe a observação da própria atividade de transformação da fala para a escrita, denominando esse processo de *retextualização*. Esses conhecimentos acerca das atividades de *retextualização* devem ser considerados no momento do ensino do texto oral.

Diante da enorme variedade de gêneros textuais serem ensinados aos alunos, os textos orais parece mais difícil de escolher, visto que ainda se tem poucas informações sobre o como ensinar esses gêneros. No entanto, sendo o professor conhecedor da relevância dessa prática e também das necessidades dos seus alunos, a seleção e a metodologia abordada em suas aulas tornará o trabalho eficaz no que condiz a formar o aluno para o exercício das capacidades discursivas.

No trabalho com os gêneros textuais um aspecto a ser considerado pelo professor é o de que “Quando ensinamos a operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação sociodiscursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual” (MARCUSCHI *apud* KARWOSKI *et al.*, 2011, p. 20). Logo, é necessário um trabalho pensado e planejado que considere o aprendizado do aluno como fundamental, não somente dos gêneros que esse sujeito precisa no momento, mas daqueles que farão parte de suas práticas linguísticas futuras.

A avaliação do ensino do texto oral

Quando se trata do assunto avaliação do ensino/aprendizagem dos gêneros textuais orais, percebe-se uma preocupação por parte dos educadores sobre como avaliar o conhecimento do aluno frente à produção textual oral.

Os PCN de Língua Portuguesa consideram que “a avaliação deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e em quais condições” (BRASIL, 1998, p. 93). Sendo a avaliação definida pelo conjunto de ações organizadas, cabe ao sistema definir tais ações para realizar essa avaliação. Atualmente, nos deparamos com uma série de avaliações da aprendizagem dos alunos, no entanto voltadas a avaliar capacidades de leitura e escrita.

Nos PCN há referências à avaliação como “um instrumento que possibilite ao professor analisar criticamente sua prática educativa” (BRASIL, 1998, p. 93). Nesse caso, o professor deve ter a aprendizagem do aluno como um parâmetro da sua prática docente. Assim, no caso da oralidade é preciso refletir constantemente se o aluno progrediu ou não no domínio da modalidade.

Os mesmos documentos (PCN) definem também a avaliação como “um instrumento que apresente ao aluno a possibilidade de medir seus avanços, dificuldades e possibilidades” (BRASIL, 1998, p.93). Os PCN propõem ainda que a avaliação “deve ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem, e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho” (BRASIL, 1998, p. 93). Eles definem que a avaliação deve acontecer de forma qualitativa e o aluno deve estar informado sobre as formas utilizadas pelo professor. “Assim, as anotações, correções e comentários do professor deve oferecer indicações claras para que este possa melhorar” (BRASIL, 1998, p. 94).

Ao estabelecer critérios para a avaliação, os PCN propõem que “Os objetivos do ensino balizam a avaliação. São eles que definem critérios para avaliar a aprendizagem dos conteúdos” (BRASIL, 1998, p. 94). Nota-se o quanto é importante o professor organizar e planejar o trabalho a ser realizado, pois o próprio planejamento do trabalho docente determinará aquilo que ele deve avaliar.

Em relação à avaliação do texto oral, os PCN definem critérios gerais que devem ser considerados:

- 1- Demonstrar compreensão de textos orais, nos gêneros previstos para o ciclo, por meio de retomadas dos tópicos do texto.
- 2- Atribuir sentidos a textos orais e escritos, posicionando-se criticamente diante deles.
- 3- Produzir textos orais nos gêneros previstos para o ciclo, considerando as especificidades das condições de produção (BRASIL, 1998, p. 95-96).

As Orientações Curriculares do Estado do Acre para o ensino da Língua Portuguesa definem:

A avaliação da aprendizagem dos alunos pressupõe ter em conta não só os resultados obtidos nos momentos específicos para avaliar, mas também (e principalmente) o conhecimento prévio que eles tinham sobre aquilo que se pretendia que aprendessem, o seu percurso de aquisição de conhecimento e a qualidade das propostas (atividades, agrupamentos, intervenções), para poder redimensioná-las quando os resultados não forem os esperados (ACRE, 2010, p.17).

Percebe-se que os documentos citados (as Orientações Curriculares) consideram a avaliação como um conjunto de procedimentos que exigem do professor um planejamento sistematizado do trabalho a ser realizado com os alunos. Para isso, ainda determinam que “o processo de avaliação deve apoiar-se em três tipos de propostas: observação sistemática, análise das produções e análise do desempenho em atividades específicas de avaliação” (ACRE, 2010, p.17).

No documento Planejamento Escolar – Compromisso com a aprendizagem (ACRE, 2009, p. 27), no capítulo denominado Avaliação da aprendizagem dos alunos, discorrem sobre o ato de avaliar refletindo que

Para favorecer o sucesso da aprendizagem de seus alunos, é importante que acompanhe a evolução do processo, por meio de instrumentos que lhes respondam as perguntas centrais: “eles estão de fato aprendendo?”, “de que forma posso ajudá-los a avançar em seus conhecimentos?”. Essa avaliação contínua pressupõe uma análise da produção e do desempenho dos alunos, que ocorre progressiva e paralelamente ao trabalho cotidiano.

No documento também são recomendados os mesmos critérios de avaliação das Orientações Curriculares do Estado do Acre para o ensino da Língua Portuguesa, todavia muito mais especificados e também destacam que

Para avaliar adequadamente a aprendizagem, é preciso ter como referência três parâmetros, tomados simultaneamente como critério geral: o aluno em relação a ele mesmo, em relação ao que espera dele e em relação aos demais colegas que tiveram as mesmas oportunidades escolares (ACRE, 2009, p. 28).

Tomando como referência as orientações postuladas nos documentos citados: PCN de Língua Portuguesa, Orientações Curriculares do Estado do Acre para o ensino da Língua Portuguesa e o documento Planejamento Escolar – Compromisso com a aprendizagem observa-se que os critérios estabelecidos para a avaliação do aluno é definida de forma geral para avaliar o processo de ensino/aprendizagem daqueles conteúdos destinados à formação do estudante. Esses critérios são definidos no planejamento do professor e são flexíveis, podendo ser reformulados de acordo com o processo de aprendizagem. São critérios que devem ser informados ao aluno, para que este tenha ciência do modo como está sendo avaliado.

Sendo os gêneros textuais orais objetos de ensino, portanto conteúdo a ser ensinado, cabe ao professor definir os objetivos do trabalho a ser realizado com tais gêneros e a partir desses objetivos, estabelecer os critérios para avaliar o desempenho do aluno.

Considerações finais

Discutir o ensino dos gêneros textuais orais é uma tentativa de atribuir a esses textos um lugar merecido no ensino da Língua portuguesa. O texto oral ainda é muito pouco usado para o ensino e muito menos como objeto de ensino, como conteúdo a ser ensinado. Tão pouco é o destaque dado a ele no ensino que também ainda é difícil encontrar autores que trate do assunto de forma abrangente, há sim aqueles defensores da oralidade, destarte ao se referir ao ensino dos gêneros orais, timidamente se referem ao assunto.

Uma das dificuldades encontradas em relação a estudos destinados ao ensino dos gêneros orais está relacionada ao critério de avaliação. Somente os documentos oficiais apresentaram orientações sobre como avaliar, mesmo assim de modo geral, nada específico.

Considerando o ensino da modalidade oral da língua tão importante quanto o da escrita, os gêneros orais como os objetos desse ensino, resta-nos a preocupação com a

ausência de estudos específicos ao ensino destes textos, que permitam aos educadores parâmetros para nortear suas práticas de ensino da oralidade.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. *Planejamento Escolar – compromisso com a aprendizagem*. Rio Branco: SEE, 2009.

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Cadernos de orientação Curricular: Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental – Língua Portuguesa*. Rio Branco: SEE, 2010.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. PCN - *Parâmetros curriculares Nacionais. Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília. MEC/SEF. 1998.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. 3. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013) p 125-155.

FÁVERO, Leonor Lopes *et al.* *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARVOSKI, Acir Mário, GAYDECZKA, Beatriz e SIEBENEICHER, Karim Brito (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.